

INCLUSÃO ESCOLAR: UM RELATO A PARTIR DA ANÁLISE DA ESTRUTURA ARQUITETÔNICA DE UMA ESCOLA PRIVADA

Heloisa Cristina Souza Fernandes ¹
Erick Silva de Oliveira ²
Izaura Maria de Andrade da Silva³

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar as condições de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência de uma escola privada que está localizada na área urbana da capital da Paraíba, João Pessoa. É importante mencionar que o nome da escola não foi revelado para que a instituição pudesse ser preservada. O referido trabalho surgiu a partir da disciplina Educação Especial, do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O aporte teórico deu-se através dos autores Oliveira (2008) e Walter (2006), como também na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que versa sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O caminho metodológico utilizado incidiu-se de uma pesquisa descritiva, no qual o estudo configura-se de caráter bibliográfico e de estudo de caso, em que se estruturou na abordagem qualitativa para o progresso dessa produção. Nesse sentido, o instrumento que foi utilizado e que mais adequaria para a análise e veracidade dos resultados foi revisão bibliográfica do material obtido no momento da pesquisa. Assim, constatamos que a escola não possuía aparatos que assegurassem a acessibilidade de estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Educação Especial, Acessibilidade, Estrutura arquitetônica.

INTRODUÇÃO

A referida pesquisa foi originada a partir de um relatório proposto na disciplina de Educação Especial, oferecida pelo Departamento de Habilitação Pedagógica do curso de Pedagogia, no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba. O componente curricular ofereceu aos discentes uma vivência acadêmica apoiada na discussão, estudo e organização de uma vasta bibliografia, mas o alvo deste trabalho

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPB, heloisa.fernandes@academico.ufpb.br;

² Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPB, ericksilva.academico@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, izamarasi@gmail.com.

voltou-se sobre inclusão, integração e segregação das pessoas com necessidades especiais no espaço educacional.

No que se refere aos conteúdos principais, as aulas pautaram-se em discussões, seminários, pequenas produções escritas, e posteriormente foi solicitado uma visita a alguma escola, podendo ser pública ou privada, para realizar uma observação do espaço físico e verificar se engloba a acessibilidade.

A visita aconteceu no dia 28 de outubro de 2018, sendo norteada pelo roteiro de observação que foi disponibilizado pela professora (anexo I). Desta forma, esta pesquisa segue estruturada com uma breve apresentação dos textos que envolvem o assunto estudado, impressões individuais e nossa conclusão. Apresentamos anexos e apêndices referentes à documentos que nos pareceu relevante incluir neste trabalho, exemplificando de forma mais didática o exposto, bem como as referências bibliográficas utilizadas para esta produção.

METODOLOGIA

Ao entender a importância de uma metodologia bem organizada e o compromisso no que se diz respeito ao processo de pesquisa e análise do tema em questão, é preciso esclarecer sobre qual o tipo de metodologia foi empregada. Com isso, o nível trata-se de um trabalho de cunho descritivo, pois conforme o autor Gil (2008, p. 28) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Isto é, propõe-se descrever e analisar os aspectos voltados à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em uma escola privada na cidade de João Pessoa.

O estudo bibliográfico configura-se como bibliográfico de estudo de caso, uma vez que segundo Gil (2008), esse tipo de trabalho é voltado para estudos, discussões e exploração apoiado no acervo bibliográfico existente, assim como no conhecimento a respeito de uma determinada realidade.

No que se refere à abordagem, é necessário esclarecer que foi adotado a análise a partir do viés qualitativo, pois ocorreu um debruçar de estudos e explorações das bibliografias que serviram como aporte teórico e também a partir das evidências

coletadas a partir do roteiro de entrevista aplicado no estudo de caso. Dessa forma, Gil (2008), enfatiza que essa abordagem concerne em

A análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Nestas, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa (GIL, 2008, p. 175).

O instrumento utilizado foi a análise bibliográfica e a análise a partir do roteiro, uma vez que através dele foi possível ficar a par de como era a realidade sobre a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências dentro de uma determinada escola privada, e assim, tecer discussões e reflexões que estejam de acordo com o paradigma da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, a pessoa com deficiência foi vista com olhares discriminatórios e sofrendo variadas negligências como abandono, perseguição e até morte. Com o passar do tempo, na Idade Média, as pessoas que não tinham todas as suas funções psíquicas, motoras e físicas dentro do padrão de pessoa comum, eram tidas como possessão demoníaca. Depois, o assistencialismo e a caridade fizeram com que a pessoa com deficiência passasse a ser vista com dó, piedade e não como cidadã. Falando sobre isso, Ceccim (1997, p. 27) afirma:

[...]despontam duas saídas para a solução do dilema: de um lado, o castigo como caridade é o meio de salvar a alma das garras do demônio e salvar a humanidade das condutas indecorosas das pessoas com deficiência. De outro lado, atenua-se o castigo com o confinamento, isto é, a segregação (a segregação é o castigo caridoso, dá teto e alimentação enquanto esconde e isola de contato aquele incômodo e inútil sob condições de total desconforto, algemas e falta de higiene) (*apud* SILVA; WALBER, 2006, p. 30).

As primeiras instituições surgem no contexto da Idade Média e visavam minimizar os efeitos da deficiência e outros objetivos segregadores. Já na Idade Contemporânea, os avanços científicos e os movimentos sociais resultaram em práticas integrativas com o intuito de proporcionar benefícios para pessoas com ou sem deficiência e criticar a organização educacional vigente.

Surge na década de 60, em países nórdicos, a ideia de Integração, em que (SILVA; WALBER, 2006, p. 34) “as pessoas com deficiência poderiam e deveriam participar da sociedade desde que se adaptassem às normas e valores sociais”. Ou seja, a

integração parte do princípio da normalização, desconsiderando as diferenças de cada indivíduo e considerando o esforço unilateral, não exigindo nenhum ou pouco esforço da sociedade. No Brasil, até 1994 ainda existia o princípio da integração. A política de inclusão só surge no país no século XXI.

Por outro lado, a Inclusão valoriza a diversidade e propõem, assim, mudanças na sociedade, de forma a atender as necessidades específicas da pessoa com deficiência. Forest & Pearpoint (1997, p. 138) afirmam que a “inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com nossa moralidade (*apud* SILVA; WALBER, 2006, p. 35). A luta pela inclusão reivindicou o direito e acesso a lazer, saúde, trabalho e educação, este último, por exemplo, propondo a reestruturação do sistema de ensino, de forma que alunos com deficiência tenham os mesmos direitos que os sem deficiência.

No âmbito educacional ainda, para se combater a exclusão, a escola deve buscar estratégias de inserção, permanência, participação e desenvolvimento dos alunos com deficiência. Algumas estratégias, propostas por Oliveira (2006), são: mudanças na metodologia de ensino, nível e intensidade dos apoios, recursos de ensino e adequações curriculares individuais.

Os professores têm um papel importante nas adequações, por exemplo, “a criação de condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com deficiência intelectual na sala de aula” (OLIVEIRA, 2008, p. 146). Acreditamos que essas condições podem ainda abarcar todas as deficiências. Além disso, os professores devem facilitar o convívio de todos os seus alunos, eliminar obstáculos na realização de atividades e apoiar em todas as necessidades apresentadas por eles.

Portanto, para que a escola seja realmente inclusiva é preciso que ela supere preconceitos e enxergue as potencialidades dos alunos com deficiência. Além disso, transformar-se para que não seja integrativa, onde o aluno deve se adaptar à escola, mas adaptando-se às necessidades e demandas do aluno com vistas a assegurar seus direitos e sua aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nossa visita técnica foi realizada em uma escola privada⁴, localizada no Bairro dos Estados, na cidade de João Pessoa - Paraíba. Essa instituição oferece os seguintes níveis de ensino em tempo parcial: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e 2º ano do Ensino Médio. Primeiramente, fomos atendidos pela recepcionista. Logo após a apresentação do comprovante de matrícula, a diretora geral nos prestou assistência e também passou várias informações sobre estrutura e organização de ensino.

Tivemos a possibilidade de observar as áreas arquitetônicas da escola. Portanto, elencamos alguns pontos cruciais, tais como: não há vagas reservadas no estacionamento de veículos próximas aos acessos principais da escola devidamente sinalizadas para veículos que transportem pessoas com deficiência e ou com dificuldade de locomoção; das três entradas para a escola, apenas uma possui rampa de acesso para cadeirantes; não há banheiros acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; não possui elevadores amplos, mas a maioria das rampas possuem corrimão, o que possibilita a circulação a todos os ambientes; não possui sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual (piso tátil direcional e de alerta, botões sinalizados em Braille e, informação de voz nos elevadores, etc.); dos equipamentos e mobiliários com altura adequada ao aluno em cadeira de rodas, apenas o bebedouro é acessível.

Constatamos ainda que na biblioteca não há livros didáticos e de literatura na Língua Brasileira de Sinais, nem no Sistema Braille, nem áudio, com caracteres ampliados. Quanto ao laboratório de informática, não obtivemos informação se os computadores possuem programas acessíveis a pessoas com deficiência. Além disso, a escola não dispõe de sala de recursos multifuncionais.

A instituição de ensino não utiliza os suportes pedagógicos relativos à inclusão de pessoas com deficiência, como: intérprete de Libras; monitor para auxiliar nas atividades de alimentação, higiene, locomoção, entre outras; professores especializados (LIBRAS, Braille, orientação e mobilidade, entre outros) e ou equipe multiprofissional de apoio; recursos ópticos e não ópticos (lupa, material ampliado e/ou com contraste); material didático em Braille, digital, gravado, soroban; salas de recursos multifuncionais

⁴Foi preservado o nome da instituição.

(ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado); tecnologia assistiva (mobiliários e/ou equipamentos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência).

No dia disponibilizado para visita à escola – no horário da disciplina – não foi possível fazer a observação da aula comum. Vale destacar que os alunos com deficiência se encontram em turno oposto, ou seja, no período da tarde. Sendo assim, foi possível notar que a escola não dá nenhum suporte a esses alunos, ficando sob responsabilidade dos pais/responsáveis fornecer atendimento especializado aos filhos. Isso ficou evidente quando a diretora mencionou que a inclusão tem que acontecer na própria sala de aula, o que, por sua vez, não necessitaria de um ambiente para um acompanhamento. Todas as adaptações pedagógicas são feitas pelos próprios professores e estagiários.

Ao conversar com a diretora e as coordenadoras da escola percebemos a falta de conhecimento no aspecto “deficiência”, como por exemplo, confundir bipolaridade, transtorno do opressor e TDAH com deficiência, provavelmente resultado de uma formação que não abrangia o estudo da Educação Especial. Além disso, a diretora afirmou que em outros anos eles tiveram alunos surdos e deficientes visuais e que não dispunham de aportes necessários porque tais alunos foram para escolas especializadas. Disse ainda que a escola possui apenas um aluno cadeirante e alguns alunos com transtorno global do desenvolvimento e que todo suporte especializado se dá pelos pais/responsáveis dos alunos.

Fazendo referência à Lei 13.146/2015, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, especificamente o artigo 28, do Capítulo IV, o qual trata do Direito à Educação, o parágrafo 1 afirma o seguinte:

Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do *caput* deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações (BRASIL, 2015)

Dessa forma, se considerarmos os incisos II, III e XI, a escola particular em questão, obrigatoriamente, deveria: garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem do aluno com deficiência, oferecendo serviços e recursos de acessibilidade que promovam inclusão plena (II); formar um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado para atender às características

dos estudantes com deficiência a fim de que ele conquiste sua autonomia (III) e disponibilizar professores que atuem no AEE, como tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio (XI) (BRASIL, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, afirmamos a importância de trabalhos como esse - que permitem o contato e a observação de escolas - para a formação acadêmica. A expectativa era grande, diante dos estudos em Educação Especial e de todo o processo de luta do movimento das pessoas com deficiência e suas conquistas, a inclusão, as adequações curriculares que necessitam ser feitas, dentre outras questões pertinentes. Embora soubesse que o caminho para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas é árduo, constatamos a realidade de uma escola privada e vimos o quanto ainda falta para a inclusão.

Como explicitado neste relatório, a escola não possui muitos objetos básicos, como materiais didáticos adequados para alunos com surdez ou cegos, não existe uma sala de recursos multifuncionais que atenda alunos com deficiência, não há professores especializados na escola.

Relativamente à observação, foi possível notar que não existe acessibilidade e nenhuma sala de Atendimento Educacional Especializado, bem como a falta de orientação para os professores que lidam com pessoas com necessidades especiais, dificultando o processo de ensino e aprendizagem, bem como a mobilidade e o acesso a todos os ambientes escolares – como relatado anteriormente –.

As lacunas frente aos desafios da educação especial são muito grandes e o caminho para vencê-las é árduo. As instituições de ensino, públicas ou privadas, precisam estar abertas para as questões que envolvem o acesso e permanência dos educandos, contribuindo para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Vale salientar que à escola não é oferecido o direito de selecionar, segregar, discriminar, mas o papel de ensinar, incluir e adaptar-se.

Por fim, a atividade de observação que foi solicitada pela professora é de grande valia, visto que é uma forma de aproximação à prática escolar, possibilitando uma visão mais abrangente acerca do contexto educacional, e também a identificação das principais barreiras presentes nos âmbitos de ensino. Sendo assim, observamos o quanto

é importante a aprendizagem continuada de profissionais da escola, seja para o âmbito da arquitetura, para a abordagem metodológica ou nas atividades mais comuns do dia a dia e não renunciar novos conhecimentos que vão se constituindo na esfera educacional, principalmente o que tange à inclusão.

Portanto, é nítido a necessidade de uma formação e especialização de professores mais sólida que contenha as questões pertinentes à Educação Especial e que se preocupe verdadeiramente com o desenvolvimento, autonomia, aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento. Assim, todos os aportes para auxiliarem no aprendizado desses alunos não serão vistos como desnecessários, mas como forma de incluí-los.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Legislação informatizada. Brasília, DF. 06 de julho de 2015. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>>. Acesso em: 04 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

OLIVEIRA, Ana, A. **Adequações curriculares na área de deficiência intelectual: algumas reflexões**. OLIVEIRA, A.; OMOTE, S.; GIROTO, C. (org.). Inclusão escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica. Ed. Marília: Fundepe Editora, 2008.

WALBER, Vera B., SILVA, Rosane N. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão**. Estud. Psicol. Natal. 2006, p. 29-37.

ANEXO I – ROTEIRO PARA PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE

ROTEIRO PARA PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE

1. Dados sobre a instituição: pública ou privada, localização, níveis e modalidades de ensino; escola de tempo integral ou parcial.
2. Número de alunos matriculados com deficiência física, visual, intelectual, auditiva, múltipla e alunos com transtornos globais de desenvolvimento.
3. A acessibilidade arquitetônica da escola:
 - a. Vagas reservadas no estacionamento de veículos, próximas dos acessos principais da escola, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência e ou com dificuldade de locomoção;
 - b. Acesso ao interior da edificação livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade;
 - c. **Banheiro** acessível, com equipamentos e acessórios distribuindo de maneira que possam ser utilizados por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
 - d. Elevadores amplos, ou rampas com corrimão que permitam o acesso da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todos os ambientes da escola;
 - e. Sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual (piso tátil direcional e de alerta, botões sinalizados em Braille e, informação de voz nos elevadores, etc.);
 - f. Equipamentos e mobiliários com altura acessível ao aluno em cadeira de rodas, tais como lavabo, balcão de recepção, bebedouro, telefone público, etc.;
4. Na biblioteca há livros didáticos e de literatura, acessíveis em Língua Brasileira de Sinais, Braille, áudio, com caracteres ampliados.
5. Há laboratório de informática com programas acessíveis a pessoa com deficiência? Os portais ou sites eletrônicos da instituição são acessíveis às pessoas com deficiência; (ex: descrição textual de imagens, legenda ou transcrições de áudios, linguagem simples e claras);
6. Dentre os suportes pedagógicos relativos à inclusão de pessoas com deficiência, de quais dispõe atualmente?
 - Intérprete de Libras
 - Monitor para auxiliar nas atividades de alimentação, higiene,Locomoção, entre outras.
 - Professores especializados (LIBRAS, Braille, orientação e mobilidade, entre outros) e ou equipe multiprofissional de apoio.
 - Recursos ópticos e não ópticos (lupa, material ampliado e/ou com contraste).
 - Material didático em Braille, digital, gravado, soroban.
 - Salas de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado).
 - Tecnologia assistiva (mobiliários e/ou equipamentos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência)